

CORREIO ECONÔMICO

POR MARTHA IMENES



Auditores independentes analisaram 254 relatórios

Previc: fundos de pensão estão em conformidade

Os fundos de pensão, em sua maioria, estão em conformidade com as normas contábeis, atuariais, financeiras e tributárias do setor, aponta a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

Em julho foram analisados 254 relatórios de auditorias independentes, realizadas em 2024, sobre as demonstrações financeiras das Entidades

Fechadas de Previdência Complementar (EFPC). Segundo João Paulo de Souza, diretor de Fiscalização e Monitoramento da Previc, o conteúdo é utilizado para alimentar os bancos de dados, criando um repositório de indicadores que permitem um diagnóstico das entidades fechadas sobre várias perspectivas, auxiliando a autarquia na supervisão e fiscalização.

Ressalvas

Em 74,02% não houve ressalvas; 23,62% enfatizaram algum ponto de análise (ênfase); 1,97% (equivalente a 5 EFPC) tiveram ressalva; e apenas uma entidade não atendeu aos requisitos legais. A exigência dos relatórios está prevista em resoluções e artigos.

Certificação

Nas inspeções indiretas, foram detectadas 13 entidades (5,11%) que apresentaram profissionais sem a devida certificação emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Os respectivos conselhos deliberativo e fiscal serão notificados para que tomem providências.



Nova versão do painel está disponível na Susep

Ranking de reclamações da Susep está de cara nova

A Superintendência de Seguros Privados (Susep) agora conta com uma nova versão do painel de ranking de reclamações, uma das ferramentas que compõem o SusepCon, ambiente interativo desenvolvido para facilitar o acesso a informações sobre o setor supervisionado. Lançado originalmente em 2024, o painel

tem como objetivo oferecer maior transparência e promover o aprimoramento dos serviços prestados pelas empresas supervisionadas. Agora, a ferramenta foi atualizada com melhorias que tornam a navegação mais intuitiva e permitem uma análise mais detalhada dos dados por parte do usuário.

Funai

A Funai disponibiliza ao público dados, mapas, publicações e informações sobre povos, territórios e sobre a situação fundiária das Terras Indígenas no Brasil. O material está no Painel Terras Indígenas, Centro de Monitoramento Remoto e GeoServer.

INSS

O INSS liberou a consulta aos valores que serão devidos aos aposentados e pensionistas vítimas de descontos ilegais. A consulta pode ser feita pelo site e pelo aplicativo Meu INSS ou nas agências dos Correios. O valor está disponível para quem já aderiu ao acordo.

MEI

O Projeto de Lei Complementar 55/25, do deputado Leo Prates (PDT-BA), amplia o limite da receita bruta para que o transportador autônomo de cargas possa ser enquadrado como MEI. Pela proposta, o limite anual passa de R\$ 251,6 mil para R\$ 400 mil. E o mensal a R\$ 33,3 mil.

Sebrae

O Pix é o principal meio de pagamento adotado por microempreendedores individuais no Brasil. Segundo pesquisa do Sebrae, 97% dos MEI já utilizam a ferramenta em seus negócios. Para 48% desses trabalhadores, a modalidade representa 51% ou mais.

Pobreza assola 28 milhões de crianças e adolescentes

Com 75 anos de atuação no Brasil, Unicef aponta avanços

Por Martha Imenes

O alto número de crianças e adolescentes vivendo na pobreza – 28,8 milhões (dados de 2023) – mostra que o Brasil ainda tem um longo caminho a percorrer para mitigar a fome e a miséria dessa população mais jovem. Balanço divulgado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) mostra que esses 28,8 milhões representam 55,9% da população de 0 a 17 anos do país.

Ou seja, mais da metade dos jovens brasileiros ainda vivem o que o Unicef chama de “pobreza em suas múltiplas dimensões”. A atuação do Unicef, que há 75 anos está no país e programas sociais do governo, têm sido fundamentais para reduzir a vulnerabilidade de crianças e adolescentes.

O levantamento utilizou dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e o critério foi além da renda familiar.

Foram analisados também educação, acesso à informação, água, saneamento, moradia e proteção contra o trabalho infantil. Na comparação entre 2017, quando 34,3 milhões estavam na linha de pobreza, e 2023, houve melhora nesses itens – mas o ritmo das conquistas e o estágio atual de cada indicador são diferentes.

No caso da renda, por



Percentual de crianças sem acesso a saneamento básico estava em 38% em 2023

exemplo, o número de crianças e adolescentes em privação recuou de 25,4% para 19,1%. No acesso à informação, a queda foi mais vertiginosa – eram 17,5% afetados em 2017, e só 2,5% em 2023.

O avanço foi menor em outros critérios: o percentual de crianças sem acesso a saneamento básico ainda era de 38% em 2023, ante 42,3% em 2017. O índice de crianças e adolescentes em trabalho infantil ficou praticamente estagnado: passou de 3,5% para 3,4%.

Parceria no Rio

O combate à violência contra crianças e adolescentes permeou a assinatura de um memorando de entendimento entre a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) e o Unicef.

Principais frentes de atuação da fundação

Agenda global

- Redução da pobreza e das desigualdades – incluindo a garantia de acesso a saúde e educação de qualidade.

- A organização também destaca os desafios ligados à saúde mental, em um mundo cada vez mais conectado, a questão migratória, e a mitigação da emergência climática.

- O Unicef destaca a realização do COP30 no Brasil, no Pará, Região Norte do país, defendendo a necessidade de se colocar no centro da agenda nacional, e global, um olhar especial para aqueles em situação de maior vulnerabilidade social no país.

Agenda com a Firjan

- A parceria com a federação visa mobilizar empresas, organizações, escolas e territórios de atuação para disseminação e articulação de ações de prevenção e resposta às violências contra crianças e adolescentes no Estado do Rio de Janeiro.

- Promover atividades de treinamento sobre prevenção, reconhecimento de sintomas de violência e o encaminhamento de casos de crianças e adolescentes vítimas.

- Colaborar nas ações de empregabilidade de jovens em situação de vulnerabilidade social, especialmente de meninos e meninas negras.

É preciso evitar retrocesso, diz Unicef

A pesar de número tão expressivo de crianças e adolescentes vivendo em pobreza, o Unicef pontua que houve avanços no país.

“Nos últimos 75 anos, o Brasil avançou muito na garantia dos direitos de crianças e adolescentes, com conquistas que devem ser comemoradas. E é preciso evitar retrocessos e seguir avançando. Os direitos da infância e adolescência são uma agenda inacabada, pois sempre há desafios antigos

que ainda se impõem e novos desafios que surgem. A sociedade também se transforma continuamente e passa a exigir novos direitos para meninos e meninas. Diante dessa realidade, o Unicef reafirma seu compromisso em seguir junto com o Brasil, para cada criança e adolescente”, disse o representante do Unicef no Brasil, Youssef Abdel-Jelil.

Para o futuro, o Unicef destaca que há muito a se fazer para garantir a plenitude dos

direitos de crianças e adolescentes no Brasil.

“Temos que seguir trabalhando nessa agenda inacabada, junto com comunidades, governos – em vários níveis –, sociedade civil, setor privado, e as próprias crianças e adolescentes, para garantir um presente e um futuro seguros e prósperos”, concluiu Abdel-Jelil.

Exposição

Para comemorar seus 75 anos de atuação no Brasil, o Fundo das Nações Uni-

das para a Infância (Unicef) completa 75 anos de atuação no Brasil e, para comemorar a data especial, o braço da ONU para direitos de crianças e adolescentes promoveu evento na quarta-feira (16), no Palácio do Itamaraty, em Brasília.

A data marca também o lançamento do livro “Unicef, 75 anos pelas Crianças e pelos Adolescentes – Uma História em Construção” e da exposição “Passos para o Amanhã”.

Bolsa Família paga hoje 19,6 milhões de beneficiários com NIS final 2

Os beneficiários do programa Bolsa Família com Número de Inscrição Social (NIS) de final 2 recebem nesta segunda-feira (21) o pagamento de julho. Ao todo cerca de 19,6 milhões de famílias receberão o benefício.

No caso de cidades em situação de emergência ou em calamidade pública em Alagoas, Amazonas, Paraná, Rio Grande do Sul, Roraima e São Paulo, os beneficiários receberão o pagamento hoje, independentemente do NIS.

O valor mínimo do benefício corresponde a R\$ 600, que podem ser acrescidos de três adicionais cumulativos: seis parcelas de R\$ 50 a mães de bebês de até 6 meses de idade, para garantir a alimentação da criança, segundo o Benefício Variável Familiar Nutriz; R\$ 50 a famílias com gestantes e filhos de 7 a 18 anos; R\$ 150 a famílias com crianças de até 6 anos.

O beneficiário poderá con-



Bolsa Família de julho começou a ser pago na sexta

sultar informações sobre as datas de pagamento, o valor do benefício e a composição das parcelas no aplicativo Caixa Tem.

Além do benefício integral, cerca de 3 milhões de famílias estão na regra de proteção em julho. Em vigor desde junho de 2023, essa regra permite que famílias cujos membros consigam emprego e melhorem a

renda recebam 50% do benefício a que teriam direito por até dois anos, desde que cada integrante da família receba o equivalente a até meio salário mínimo.

Desde o ano passado, os beneficiários do Bolsa Família não têm mais o desconto do Seguro-Defeso. A mudança foi estabelecida pela Lei

14.601/2023, que resgatou o Programa Bolsa Família (PBF). O Seguro-Defeso é pago a pessoas que sobrevivem exclusivamente da pesca artesanal e que não podem exercer a atividade durante o período da piracema, quando as espécies pescadas se reproduzem.

Auxílio Gás

Neste mês, não haverá o pagamento do Auxílio Gás, que beneficia famílias cadastradas no CadÚnico. Como o benefício só é pago a cada dois meses, o pagamento será no mês que vem (agosto).

Só pode receber o Auxílio Gás quem está incluído no CadÚnico e tenha pelo menos um membro da família que receba o Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago a idosos e pessoas com deficiência.

A lei que criou o programa definiu que a mulher responsável pela família terá preferência, assim como mulheres vítimas de violência doméstica.